



Ofício n.º 001/2016
Foz do Iguaçu, 01 de fevereiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Governador
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado do Paraná

ASSUNTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS DE PEDÁGIO

Senhor Governador,

o Programa Oeste em Desenvolvimento (POD) é uma ação de Governança Regional que busca promover o desenvolvimento econômico do Oeste do Paraná por meio de um processo participativo, fomentando no território a cooperação entre os atores, públicos e privados. O Programa é composto por 40 entidades, reunindo universidades, instituições governamentais, entidades representativas da sociedade civil, instituições de pesquisa e de apoio ao setor produtivo da região.

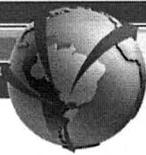
As estratégias de promoção do desenvolvimento econômico se sustentam no planejamento, na priorização de ações e no estabelecimento de uma governança territorial para os municípios do Oeste do Paraná, com enfoque de cadeias produtivas propulsivas. O processo de organização e planejamento das cadeias produtivas é operacionalizado pela criação e institucionalização de câmaras técnicas.

Estas câmaras técnicas apontaram o alto valor das tarifas de pedágio como um dos principais gargalos das atividades no Oeste do Paraná. Dentre os pedidos encaminhados está realização de audiências públicas com a sociedade sobre a renovação dos contratos de concessão de rodovias.

O desenvolvimento do agronegócio no Estado está intimamente ligado à dinâmica econômica dos municípios do Oeste do Paraná. Assim, as cadeias produtivas de grãos e outras como de suínos, frango e bovinocultura de leite têm a sua competitividade prejudicada pelo custo de transporte, sendo que só o agronegócio tem a necessidade de transportar por rodovia cerca de 2,4 milhões de toneladas de grãos, carnes e outros produtos para o Porto de Paranaguá.

Contudo, os custos com transporte continuam sendo o maior gargalo na competitividade de das cadeias e demais atividades produtivas, retirando a competitividade dos produtores rurais e outros empresários da região. No transporte da produção com origem na região Oeste e com destino a Paranaguá, o custo médio por tonelada transportada é de R\$90,00, é de R\$ 100 milhões ao ano, para as exportações do agronegócio.

Além de serem utilizadas para a movimentação de cargas, as rodovias são o principal modal para o deslocamento da população entre os municípios da região e para fora dela. Um exemplo do impacto deste alto custo para os usuários que utilizam automóvel está no trecho da BR-277 entre os municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel, onde há duas praças de



OESTE EM DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO TERRITÓRIO OESTE DO PARANÁ

pedágio, a 1ª em São Miguel do Iguaçu (KM 704), com a tarifa de R\$ 14,10 e a 2ª em Céu Azul (KM 620), com a tarifa de R\$ 10,80. Ademais, apesar do alto valor da tarifa, este trecho com 145,8km não é totalmente duplicado.

As limitações de tráfego nas rodovias acarretam congestionamentos, que somadas ao transporte de cargas dificulta a mobilidade e o trânsito da população. O uso da rodovia é o principal mecanismo para proporcionar de fato a integração social e regional, assim como a melhoria na segurança dos usuários das rodovias pedagiadas. Ademais, a BR-277 é a principal conexão dos pequenos municípios com Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, que são os principais responsáveis pela oferta de serviços especializados, como saúde e educação na região Oeste. Os custos com pedágio oneram a população quando busca esses serviços.

Independentemente da empresa que ganhe a concessão, o cerne do debate está no modelo de concessão que incide diretamente no preço final do pedágio pago pelo usuário.

Diante do exposto, o Programa Oeste em Desenvolvimento, representando as entidades envolvidas e em benefício da população do Oeste do Paraná, solicita à V.Exa. que estabeleça um diálogo em prol da livre concorrência, com o compromisso de licitar as concessões rodoviárias ao fim dos atuais contratos. Solicitamos também que as auditorias existentes do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Tribunal de Contas da União (TCU) sejam analisadas e as recomendações pertinentes acatadas. Da mesma forma, pedimos que os trechos de rodovias ainda não auditados sejam incluídos neste processo, que deverá levar em conta os contratos e as obras previstas e executadas.

Esperamos poder contar com Vosso apoio, o qual é de suma importância para a melhoria da infraestrutura e logística do Estado.

Atenciosamente,

Mario Cesar Costenaro
Programa Oeste em Desenvolvimento
Presidente

Danilo Vendruscolo
Câmara Técnica de Infraestrutura
e Logística
Coordenador